

# Um rolo compressor empenado

Newton Rodrigues \*



**A**s divergências entre os partidos que vêm dando base de sustentação parlamentar a Fernando Henrique, e nas fileiras de cada um deles, são relevantes. A troca de insultos entre Inocêncio Oliveira, líder do PFL, e José Aníbal, do PSDB, o desgosto de Rigotto, líder oficial, que soube das mudanças ministeriais pelo noticiário, a postura do Senado em relação a várias propostas governamentais e o aguçamento de divergências mesmo entre ministros estão aí, à vista.

Isso não quer dizer que o governo tenha perdido sua maioria no Congresso. Mas atesta que continua empenado o famoso 'rolo compressor' que funcionou nos primeiros meses de 1995, e tido como recondicionado pela minirreforma ministerial. Assim continuará certamente. A votação da lei regulamentadora das telecomunicações, alcançada há dias, é mais um exemplo disso. Foi preciso negociar, reduzindo de cinco para três anos o prazo de limitação de ingresso de capital estrangeiro na área (art. 11), e no Senado já está manifesta forte reação à limitação das empresas brasileiras de capital estrangeiro a 49%, adotada para contornar a Constituição, que, por emenda recente, aboliu a diferenciação entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro.

A necessidade de entendimentos, para as outras reformas, inclusive para a da Previdência, acaba

de revelar-se outra vez na votação do projeto, forçando a bancada governista a suspender a votação na última terça-feira, em face das dificuldades com a chamada bancada ruralista, além de deputados governistas mineiros e nordestinos. O esforço de parte da mídia para apresentar alhos como bugalhos não altera essa realidade cotidiana nem modifica o fato, já reconhecido pelo governo, de que o período de encantamento com o sociologuês da propaganda está encerrado e que as camadas médias e altas da

## Para reforçar a popularidade em descenso, FHC lançou o Plano Nacional de Direitos Humanos no Dia da Abolição

sociedade estão em refluxo, motivo de preocupação no Planalto, temeroso da influência que elas exercem em outros estratos da sociedade. As pessoas estão cada vez mais reclamando fatos novos e positivos, recusando o ônus exclusivo dos sacrifícios, que atinge o máximo na legião de desempregados. É o que mostram as organizações sindicais, as ONGs e movimentos como os dos sem-terra.

Para reforçar a popularidade em descenso, Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Direitos Humanos, no último 13 de maio, na tentativa de identificá-lo com a abolição da escravatura.

Faltam, ainda, condições, de examiná-lo pormenoradamente. Mas

quem tenha ciência de seu volume — um calhamaço de 130 páginas e 168 propostas — concluirá que o velho Descartes errou redondamente ao dizer que o bom senso era a coisa mais bem distribuída no mundo. O texto enviado ao Congresso tem em academicismo o que lhe falta em praticidade, pois o exame responsável e a tramitação da fieira de projetos que ele contém consumiriam o tempo dos muitos mandatos presidenciais, a que alguém parece aspirar. O sentido propagandístico da peça não fica nisso. Evidencia-se no envio de seu primeiro exemplar a João Paulo II, que o recebeu antes mesmo do Congresso Nacional. Figura respeitável de chefe de Estado estrangeiro e dirigente supremo da Igreja Católica romana, secularmente enraizada em nosso país, nem por isso deve ter tratamento preferencial em um Estado leigo, que deve tratar em pé de igualdade todas as confissões religiosas. A iniciativa presidencial, cumprida pelo chanceler Lamprocia, objetiva capitalizar a popularidade do papa na política interna, repetindo a utilização de Menem e Fujimori como propagandistas da reeleição.

No que foi divulgado do pacote distinguem-se propostas interessantes, embora exigindo cuidado-

so exame, como a que estabelece serviços sociais obrigatórios, juntamente com outras perigosas, como a que pretende federalizar o julgamento dos crimes contra direitos humanos, o que configura mais um atentado aos princípios federativos, e, ainda mais grave, a transferência ao procurador-geral da República, ou a um conselho, da definição de certos crimes, matéria de óbvia competência do Legislativo.

É preocupante que, um ano e meio após sua ascensão triunfal, o presidente da República ainda não tenha conseguido desenvolver seu prometido programa de candidato e se aplique ao trocetroca. O equívoco inicial foi confundir a realidade de sua eleição majoritária com outra realidade, a composição legislativa que indicava o caminho de acordos tópicos, em vez da pretensão de construir e comandar autoritariamente uma frente ampla de múltiplas correntes e partidos. O uso cada vez mais abusivo de MPs, os ataques violentos ao Congresso e as críticas até mesmo a sentenças judiciais são, de certo modo, subprodutos de um mau enfoque. No exame da disposição de forças deixou-se de levar em consideração a fraqueza do próprio PSDB, cujo êxito no pleito de 1994 foi,

em grande parte, derivado da campanha presidencial, por sua vez ajudada pelo temor da maioria de uma eventual vitória do PT e de Lula, já constatado na vitória de Collor.

Nesse quadro, partiu-se para uma série de propostas de reforma constitucional, centradas nos aspectos econômicos e fiscais, tendo como eixo a necessária defesa do real, com ênfase na redução de conquistas sociais e do poder deliberativo dos estados e municípios. Na equipe governamental, inclui-

## É preocupante que o presidente, há um ano e meio no poder, não consiga pôr em prática seu programa de candidato

do os ministérios, contam-se nos dedos os que tenham experiência administrativa, pelo exercício de funções de porte. A burocacia economista entoa uma nota só, a do controle da inflação, desprezando até mesmo a permanência dela e recusando, como no caso dos funcionários públicos, ao menos a reposição dos vencimentos, segundo os próprios índices oficiais. A sentença do STF, recusando o mandado de segurança impetrado pelos partidos oposicionistas, solicitando o reconhecimento de 1º de janeiro, como database, para o aumento dos servidores, foi acompanhada pela maioria dos ministros do reconhecimento de que os vencimentos estão defa-

sados, e o presidente do órgão lamentou não poder conceder o pedido por faltar base jurídica para fazê-lo. Mais importante que encarar esses fatos passou a ser, entretanto, a aventurosa campanha pela reeleição, nascida nas salas do poder e tornada mais um fator de perturbação que ameaça permanecer muito tempo.

A aproximação do pleito municipal irá, como sempre, complicar mais o jogo, pois a aliança no plano federal não implica necessariamente acordos municipais, e isso está sendo revelado em todo o País, o que, por sua vez, se refletirá em votações no Congresso, quando mais não seja pelo aumento do poder de pressão dos parlamentares. Nada indica, entretanto, que Fernando Henrique esteja revendo enfoques, e algumas das recentes medidas tomadas, como a reforma ministerial, mostraram que quanto mais muda mais é a mesma coisa, pois o PPB não aumentou seu apoio ao governo, o coordenador está sem meios de operar com eficácia e os sintomas de desagrado estão em progresso.

Ao partir para sua próxima viagem internacional, dentro de poucos dias, o presidente da República deixará um mosaico de problemas que encontrará, talvez mais complicados, na volta. Mas, como vai à França, poderá solfejar o "tout va très bien, madame la Marquise", mesmo com a liderança em perigo. ■